dos salarizados, conforme a percentagem que lhe pertence, no momento em que faça os pagamentos dos salários, remunerações ou vencimentos, fica também incurso nas disposições deste artigo.

Art. 39.º Das decisões dos Tribunais Arbitrais haverá recurso para o Conselho Superior de Previdência Social.

Art. 40.º O Governo fica autorizado a modificar o sistema de penalidades de todas as transgressões do exercício do seguro obrigatório contra a invalidez e a velhice conforme as lições da experiência.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 41.º As tabelas de cotizações dos patrões, salarizados e do Estado podem ser revistas de 2 em 2 anos e alteradas como a experiência e melhor orientação técnica tiverem aconselhado, mantendo-se, porém, a estrutura do seguro social obrigatório contra a invalidez e a velhice nos termos deste decreto com força de lei.

Art. 42.º O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral poderá celebrar operações de seguros contra a invalidez e velhice com um *Consortium* de sociedades de seguros nacionais legalmente constituídas no ramo vida, ficando a seu cargo o pagamento das rendas aos pensionistas, sendo as respectivas reservas matemáticas depositadas na tesouraria da Direcção dos Serviços de Contabilidade Social do referido Instituto.

Art. 43.º Se um segurado morrer antes de obter uma pensão de invalidez ou de velhice, mas depois de ter pago as cotizações legais durante o primeiro período, reverte em favor de seus filhos uma pensão extraordinária de 60\$, sendo paga durante seis meses à razão de 10\$. Se deixar viúva sem filhos menores esta receberá 50\$ em 5 prestações mensais de 10\$.

§ único. Não tendo mulher nem filhos, será concedida aos seus ascendentes a pensão extraordinária de 60\$ em 6 prestações mensais de 10\$.

Art. 44.º As mulheres e aprendizes que não tenham além do salário, alimentação, moradia e mais benefícios domésticos à custa do patrão, são considerados como ganhando 50 diários.

§ único. Os criados domésticos e rurais, com moradia e alimentação à custa do patrão, consideram-se para o efeito desta lei como tendo o salário diário de 50\$.

Art. 45.º Este decreto com força de lei entra imediatamente em vigor, devendo os recenseamentos dos patrões e segurados estar concluídos no prazo de seis meses.

Art. 46.º Fica revogada a legislação em contrário,

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—
JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—*Domingos Leite Pereira*—*António Joaquim Granjo*—*Amílcar da Silva Ramada Curto*—*António Maria Baptista*—*Vitor José de Deus de Macedo Pinto*—*Xavier da Silva Júnior*—*Júlio do Patrocinio Martins*—*João Lopes Soares*—*Leonardo José Coimbra*—*Jorge de Vasconcelos Nunes*—*Luis de Brito Guimarães*.

Decreto n.º 5:639

A criação das Bolsas do Trabalho entre nós não é um princípio inteiramente novo, pois que pelo decreto de 19 de Março de 1893 se assentou na legislação portuguesa, em dar forma concreta a esses organismos de utilidade pública e social. Preceituava esse decreto a sua organização nas cidades de Lisboa e Porto em especial, e em cada capital de distrito ou sede de concelho que fosse centro industrial de reconhecida importância.

Tal organização, porém, não se definiu na prática por lhe faltarem os elementos indispensáveis à sua base criadora, sendo também deficiente o seu campo de acção na esfera da sua actividade económica e social. Apenas em Lisboa se procurou dar execução ao decreto de 9 de Março de 1893, o mesmo na capital do país, onde a classe operária representa a maior densidade da sua população, o princípio das Bolsas de Trabalho não correspondeu às aspirações do legislador, pois nula ou absolutamente estéril foi a sua influência social como instituição do Estado, intermediário para a oferta e procura de trabalho.

Portanto a tentativa de adaptar ao nosso meio as Bolsas Sociais de Trabalho tinha de orientar-se nas lições que a experiência do passado nos apresentava para se conseguir levar às classes trabalhadoras e patronais a compreensão desses organismos destinados a desempenhar uma altíssima função para o ressurgimento das forças produtivas da economia nacional, favorecendo-se a aliança entre o patrão e o salarizado nas melhores normas do direito social, regulando em bases de recíproca justiça o regime da oferta e procura de trabalho em todas as profissões.

As Bolsas Sociais de Trabalho são verdadeiras instituições de natureza económica, tendo de acompanhar os estudos de todos os elementos regionais que se relacionarem com as fontes criadoras da riqueza. São chamadas a desempenhar hoje um ramo importante de previdência social, sendo portanto integradas no Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral por intermédio de uma Direcção privativa, que as orienta na sua influência da actividade económica, que as secunda em todo o seu esforço para tornar mais eficaz a sua propaganda educadora em todos os princípios elevados da doutrina social.

Assim, as Bolsas Sociais de Trabalho, estão em directa cooperação com o Estado por intermédio do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. O maior erro da legislação de 1893 foi estabelecer as bases das Bolsas de Trabalho num campo meramente doutrinário, sem apoio algum que desse garantia do seu funcionamento e sem a unidade dos poderosos laços de economia social. As Bolsas de Trabalho ficaram deslocadas e sem recursos de ordem moral e material que as dotasse, como era indispensável ter providenciado para dar base criadora às novas instituições dessa natureza.

Com o presente decreto com força de lei teve-se em vista imprimir às Bolsas Sociais de Trabalho as mais sólidas garantias da sua formação e do seu funcionamento, dotando-as com recursos modestos, mas suficientes para lhes assegurar o seu concurso directo com o Estado em favor da economia geral do país, como agentes intermediários, de carácter regional, para a oferta e procura de trabalho.

Deu-se-lhe toda a latitude para levantar o nível moral e profissional das classes trabalhadoras, sendo ao mesmo tempo os agentes oficiais para levar ao espírito das populações laboriosas a luz dos seus deveres e direitos sociais e a doutrina nobilitante da previdência social baseada nos princípios da obrigatoriedade na doença, invalidez, velhice e sobrevivência, nos desastres no trabalho e no *chômage*.

As Bolsas Sociais de Trabalho serão os modernos templos do direito e da educação das populações activas, para as orientar, instruir e guiar perante a fase social, emancipadora, que se está esboçando em toda a Humanidade, sem ódios, sem lutas violentas para a conquista das aspirações generosas que a justiça assegura aos que, num trabalho constante, dão o seu mais poderoso concurso para a criação de todas as fontes de riqueza.

É este, também, um dos pontos fundamentais da organização das Bolsas Sociais de Trabalho, que se teve em

vista fortalecer; e a República, cimentando assim as bases dessas importantes instituições de economia e previdência, afirma mais uma vez a alta compreensão dos seus destinos em todos os ramos da administração do Estado, preparando as classes laboriosas a melhor entrada para a conquista das suas justas reivindicações, num espírito de paz, de equidade e justiça!

Pelos fundamentos apresentados, em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Organização das Bólsas Sociais de Trabalho

CAPÍTULO I

Da organização e fins das Bólsas Sociais de Trabalho

Artigo 1.º São criadas Bólsas Sociais de Trabalho, como instituições de utilidade pública, de natureza económica e de previdência social, tendo individualidade jurídica, ficando dependentes do Ministério do Trabalho por intermédio do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

Art. 2.º As Bólsas Sociais de Trabalho terão carácter regional, sendo constituídas para os seguintes fins:

- 1.º Organizar o recenseamento geral de todos os salarizados por empregos e profissões;
- 2.º Pôr em relação os patrões com os empregados e salarizados da respectiva especialidade, de modo a facilitar as colocações em todos os ramos da actividade, dando-lhes ao mesmo tempo informações que interessem a essas transacções ou contratos de trabalho;
- 3.º Promover que sejam contratados os desocupados, dando as informações necessárias que lhe sejam pedidas sobre a natureza dos serviços e salários e ordenados;
- 4.º Coligir e publicar informações oficiais sobre o estado do mercado do trabalho em todas as indústrias e profissões, de modo a bem orientar os interessados, dando-lhes a conhecer as condições da oferta e da procura nos principais centros produtores e consumidores;
- 5.º Estudar, na área da sua influência, o cumprimento de todas as leis de natureza social, como a fixação do salário mínimo, horário de trabalho, etc.;
- 6.º Corresponder-se com o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral por intermédio da Direcção dos Serviços das Bólsas Sociais de Trabalho, Estatística e Defesa Económica de todos os ramos de previdência;
- 7.º Fazer conferências sobre os princípios da economia geral, direitos e deveres cívicos das classes trabalhadoras, de modo a elevar o seu nível moral e profissional;
- 8.º Estudar as causas das crises de trabalho, de carácter local, propondo superiormente os alvites para serem debeladas;
- 9.º Promover a realização de cursos nocturnos para os salarizados analfabetos e auxiliar a criação de todas as iniciativas de educação profissional;
- 10.º Tomar a iniciativa de missões conciliadoras junto de patrões e de salarizados, de modo a harmonizar divergências individuais ou colectivas que surjam no exercício do trabalho.

Art. 3.º As Bólsas Sociais de Trabalho terão carácter regional, podendo formar-se desde já até o número de 100 nas sedes dos distritos do continente e ilhas adjacentes e nos concelhos que tenham mais de 10:000 habitantes.

§ 1.º Em Lisboa e Pórtó haverá duas ou mais Bólsas Sociais de Trabalho, com esfera regional, sendo uma destinada ao estudo e contratos de salarizados do sexo feminino em todas as profissões e outra privativa de salarizados e empregados do sexo masculino.

§ 2.º São agrupados, para o efeito de constituição e

funcionamento das Bólsas Sociais de Trabalho, os concelhos com menos de 10:000 habitantes:

a) A Bólsa Social de Trabalho poderá ser encarregada de promover contratos de trabalho, podendo os patrões procurar na sede respectiva a comissão da Bólsa sempre que careçam de pessoal para os seus serviços.

CAPÍTULO II

Das vantagens que gozam as Bólsas Sociais de Trabalho

Art. 4.º As Bólsas Sociais de Trabalho, logo que pela Direcção respectiva do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral for publicado no *Diário do Governo* o despacho da sua constituição definitiva, gozam das seguintes vantagens:

1.º Têm competência para fazer participação em juízo sobre a falta de cumprimento de contratos que tenha celebrado a pedido de patrões e operários;

2.º São isentas de pagamento de selo e de todas as contribuições;

3.º Receber auxílio pecuniário do Estado por intermédio do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral para a instalação duma biblioteca profissional, além duma subvenção orçamental para o custeio dos serviços oficiais nos termos deste decreto com força de lei;

4.º Recobem gratuitamente do referido Instituto os impressos necessários para a organização dos recenseamentos profissionais e mais informações pedidas pelo Instituto;

5.º Corresponder-se gratuitamente pelo correio sobre assuntos de seu interesse com o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, Inspekção de Previdência, Circunscrições, Tribunais Arbitrais de Previdência Social e com as Bólsas Sociais de Trabalho da respectiva circunscrição;

6.º Podem tomar parte em congressos de natureza mutualista e profissional celebrados dentro da circunscrição respectiva, devendo enviar à Direcção respectiva do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral os relatórios e trabalhos que apresentar.

Art. 5.º Cada Bólsa Social de Trabalho será constituída por uma comissão de cinco membros, sendo dois eleitos pelas associações profissionais operárias de cada distrito ou de cada concelho, tendo um exercício normal de três anos e os restantes nomeados pelo Governo, podendo ser removidos em cada periodo de três anos.

§ 1.º O presidente e o secretário serão designados pelo Governo entre os vogais da sua escolha para as comissões das Bólsas Sociais de Trabalho.

§ 2.º Os cargos das comissões das Bólsas Sociais de Trabalho são remunerados pelo Estado, conforme o preceituado neste decreto com força de lei.

Art. 6.º O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral inscreverá, anualmente no seu orçamento, a verba necessária para o custeio das Bólsas Sociais de Trabalho que se acharem organizadas e cuja constituição tenha sido aprovada pelo Governo.

Art. 7.º Haverá em cada Bólsa Social de Trabalho um agente oficial contratado pelo Governo por intermédio do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, percebendo anualmente uma remuneração de 240\$.

§ único. O agente tem a seu cargo a guarda e conservação das Bólsas Sociais de Trabalho e executa todo o serviço de que seja encarregado superiormente.

Art. 8.º O Estado, sempre que seja possível, cederá gratuitamente um edificio público destinado à instalação da Bólsa Social do Trabalho.

CAPÍTULO III

Do funcionamento das Bólsas Sociais de Trabalho

Art. 9.º As Bólsas Sociais de Trabalho começam a funcionar logo que se achem constituídas nos termos do ar.

Artigo 5.º do presente decreto com força de lei, sendo obrigadas:

1.º A facultar na sua sede uma sala de espera para os salarizados e empregados que aguardem colocação;

2.º A possuir biblioteca e sala de leitura.

Art. 10.º São obrigadas as Bolsas Sociais de Trabalho a facultar sempre as suas salas para conferências de propaganda de seguros sociais obrigatórios e outras de instrução profissional ou de interesse económico para as classes trabalhadores da respectiva circunscrição.

§ único. Igualmente podem ceder as salas da Bolsa para aulas diurnas ou nocturnas para operários e aprendizes.

Art. 11.º Sempre que as circunstâncias o permitam deverão nas suas salas realizar exposições temporárias ou permanentes de produtos de pequena indústria da localidade, de ferramentas e utensílios das diversas profissões.

Art. 12.º A administração da Bolsa compete a uma comissão composta de presidente, secretário e do agente oficial.

Art. 13.º Nas salas das Bolsas estarão sempre afixados quadros com toda a legislação social em vigor, quer de natureza económica quer social.

§ único. Estarão sempre patentes os boletins das cotações dos salários, conforme as profissões do concelho e das circunscrições respectivas.

Art. 14.º A comissão da Bolsa Social do Trabalho compete:

1.º Dirigir e executar o serviço de expediente e guarda da Bolsa, arrecadar as receitas, pagar as despesas e prestar contas à Circunscrição de Previdência Social do respectivo distrito ou concelho;

2.º Cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos em vigor que digam respeito a todo o exercício social e económico da Bolsa;

3.º Fazer organizar pelo agente oficial e publicar semanalmente na Bolsa o boletim dos salários de cada profissão e fazer organizar no fim de cada mês e de cada ano civil a estatística geral do movimento, extraída dos boletins e registos;

4.º Tomar a seu cargo a direcção e apuramento dos inquéritos especiais sobre assuntos profissionais ou económicos de interesse das associações profissionais da respectiva localidade, quando a respectiva direcção do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios o determinar;

5.º Ceder os gabinetes para os fins previstos no artigo 10.º, fixando com os interessados os dias e horas em que essas reuniões, conferências ou aulas deverão ter lugar;

6.º Prestar à direcção das Bolsas Sociais de Trabalho do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral todas as informações pedidas sobre o serviço da Bolsa;

Art. 15.º Os vogais da comissão das Bolsas Sociais de Trabalho a que se refere o artigo 5.º do presente decreto com força de lei serão eleitos no segundo domingo do mês de Novembro do ano imediato àquele em que for instalada a Bolsa, e em igual dia de cada um dos anos alternados seguintes realizar-se-á a eleição dos vogais que têm de servir no triénio, o qual será contado de 1.º de Janeiro seguinte.

Art. 16.º Todas as formalidades do acto eleitoral das Bolsas Sociais de Trabalho serão cumpridas e orientadas pelos chefes de Circunscrição de Previdência Social, nos termos regulamentares e mais instruções recebidas da Direcção respectiva do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

Art. 17.º Não podem ser eleitos para delegados das associações profissionais operárias os empregados das Bolsas Sociais de Trabalho, os menores, os estrangeiros não naturalizados, os militares e os funcionários de qual-

quer categoria do Estado ou das corporações administrativas.

§ único. Não são considerados funcionários, para os efeitos deste artigo, os dependentes de qualquer serviço público que só recebam salário nos dias normais de trabalho.

Art. 18.º Em cada Bolsa estará devidamente organizado o serviço da oferta e procura, sendo encarregado desse serviço o agente oficial, que poderá ser auxiliado pelos agentes recenseadores dos serviços sociais obrigatórios na doença, invalidez e velhice, do respectivo distrito ou concelho, conforme as instruções do chefe da Circunscrição de Previdência Social.

CAPÍTULO IV

Do serviço nas Bolsas Sociais de Trabalho

Art. 19.º As Bolsas Sociais de Trabalho estarão abertas todos os dias, sendo a entrada e permanência livres e gratuitas aos patrões, seus representantes, salarizados ou operários de qualquer profissão, desde que se achem na plenitude de direitos civis e sociais.

§ 1.º Constitui título bastante de apresentação a caderneta de inscrição dos seguros sociais obrigatórios.

§ 2.º O presidente da Bolsa ou o agente oficial podem mandar sair do edificio da Bolsa os indivíduos que perturbarem a ordem e transgredirem os regulamentos.

Art. 20.º A comissão fixará as horas em que a Bolsa deve estar aberta para a oferta e procura do trabalho; o horário estará anunciado junto da porta de entrada, não podendo ser alterado senão por um novo aviso afixado com oito dias de antecedência, pelo menos.

Art. 21.º Na sala de espera da Bolsa haverá dois quadros para a afixação das ofertas e pedidos de trabalho, tendo cada um deles no alto a respectiva indicação.

Art. 22.º O operário poderá procurar trabalho por intermédio da Bolsa Social, devendo para esse fim apresentar-se ao agente oficial, que inscreverá o pedido em um registo, no qual se indicará o número de ordem, data, nome do operário, estado, profissão, idade, naturalidade, residência e salário. Na casa das observações se registará depois o ajuste efectuado ou a desistência do operário.

§ único. O operário, para seu reconhecimento, tem de apresentar, como título de identidade, a caderneta dos Seguros Sociais Obrigatórios.

Art. 23.º Todos os indivíduos, empresas ou companhias que precisarem de trabalhadores podem dirigir-se para esse fim à Bolsa Social do respectivo distrito ou concelho, podendo fazê-lo verbalmente ou por escrito, por si ou seu representante, ao presidente ou agente da respectiva Bolsa, fornecendo as necessárias informações para o registo e anúncio.

§ 1.º O agente oficial inscreverá a oferta de trabalho em um livro, no qual indicará o número de ordem, data, nome, residência, escritório ou sede do indivíduo, empresa ou companhia que fez a oferta, número de operários de cada especialidade que precisa, salários e condições particulares do ajuste.

§ 2.º Registada a oferta e havendo pedido correspondente, o agente oficial passará logo ao operário guia de apresentação e, não havendo, inscreverá a oferta em um impresso que será afixado no quadro respectivo.

§ 3.º O presidente da Bolsa organizará semanalmente um mapa-resumo de todos os pedidos e ofertas que não puderam ser satisfeitos durante a semana, designando as profissões, salários e quaisquer observações necessárias.

Art. 24.º Sempre que as ofertas de trabalho tenham de ser atendidas por intermédio da Bolsa Social para fora do concelho onde residem os salarizados, e logo que esteja feito o respectivo contrato, as passagens poderão ser

pagas pelo patrão ou entidade que fechou o contrato, depositando neste caso previamente no cofre da Bólsa a respectiva importância dos transportes ou enviando o seu custo em vale do correio.

Art. 25.º Os modelos de livros e impressos para serviços das Bólsas Sociais de Trabalho serão enviados pela Direcção respectiva do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

Art. 26.º As Bólsas Sociais de Trabalho poderá ser dada representação nos Tribunais Arbitrais de Previdência Social e nos Tribunais de Desastres de Trabalho da respectiva circunscrição, pela forma como se preceituar nos regulamentos especiais desses serviços que forem elaborados pela Direcção respectiva do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

Art. 27.º Logo que as Bólsas Sociais de Trabalho tiverem pelo menos dois anos de exercício regular, entrará em exercício o seguro social obrigatório contra o *chômage*, que é desde já considerado em vigor por este decreto com força de lei.

O Governo, por intermédio do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios, organizará o orçamento anual das Bólsas Sociais de Trabalho, podendo inscrever, dentro das suas disponibilidades, no seu orçamento, as verbas julgadas necessárias.

Art. 28.º A remuneração anual dos vogais das comissões das Bólsas Sociais de Trabalho será equivalente à cédula de 1\$50 por sessão e paga mensalmente, sendo as folhas processadas pela Circunscrição de Previdência Social respectiva e enviadas à Direcção das Bólsas Sociais de Trabalho do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

§ único. As sessões ordinárias das Bólsas Sociais são semanais, havendo as extraordinárias que forem determinadas pela respectiva Direcção do Instituto.

Art. 29.º Este decreto entrará em vigor no prazo de seis meses, para a montagem de todos os serviços, cujos trabalhos de organização terão começo imediato.

Art. 30.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919. — *JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — António Maria Baptista — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — João Lopes Soares — Leonardo José Coimbra — Jorge de Vasconcelos Nunes — Luis de Brito Guimarães.*

Decreto n.º 5640

O exercício dos seguros sociais obrigatórios tem de ficar centralizado num organismo que reúna todas as condições para garantir a eficaz colaboração dos serviços externos em todos os seus detalhes com as direcções especiais de cada um desses importantes ramos de previdência. Para dar unidade e orientação a serviços da maior utilidade pública, que devem servir de base a um estado social novo, fora de toda a influência política partidária, criou-se o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral.

Deu-se-lhe toda a autonomia, como naturalmente se impunha a uma instituição dessa natureza, que está destinada a ser, em curto periodo, o primeiro estabelecimento do Estado, desempenhando as mais elevadas funções sociais dentro da República.

O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral tem como alicerce as repartições das extintas Direcções Geral de Previdência Social e de

Assistência Pública, com os seus serviços internos e externos que, pela nova ordem de seguros obrigatórios contra a doença, desastres de trabalho, invalidez e velhice, de modo algum podiam ficar na sua primitiva dependência.

A acção externa do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral ficou estreitamente ligada às actuais circunscrições de previdência social, para melhor acção fiscalizadora nos trabalhos de recenseamento cencelbio, que é indispensável fazer para a inscrição dos salarizados e patrões nos registos dos seguros sociais obrigatórios.

Na sua directa dependência ficam desde já os seguintes serviços:

- 1.º Seguro social obrigatório contra a doença;
- 2.º Seguro social obrigatório contra desastres de trabalho;
- 3.º Seguro social obrigatório contra a invalidez;
- 4.º Seguro social obrigatório contra a velhice;
- 5.º Bólsas Sociais de Trabalho e Serviços Estatísticos de todos os ramos de seguros;
- 6.º Instituições de mutualidade livre, de qualquer natureza, que estão fora do direito dos seguros sociais;
- 7.º Exercício industrial de seguros pelas sociedades anónimas e mútuas nos termos do artigo 1.º do decreto com força de lei de 21 de Outubro de 1907;
- 8.º Tribunais de desastres no trabalho;
- 9.º Exercício das associações profissionais nos termos da legislação especial em vigor;
- 10.º Inspecção e fiscalização de todos os organismos de previdência social obrigatória e livre;
- 11.º Serviços de tutela dos organismos da Assistência Pública;
- 12.º Serviço de inspecção, estatística e cadastro da Assistência.

Os serviços técnicos são estudados nas direcções respectivas, sendo os processos submetidos ao Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Junto do Instituto há ainda um conselho fiscal para tornar mais efectiva a alta unidade administrativa que se torna indispensável desenvolver num organismo de tam notáveis facilidades ao serviço da cruzada social. Para auxiliar o Conselho de Administração no estudo de pareceres das questões mais importantes que se apresentam, elaborando as respectivas consultas, ficam igualmente na sua dependência, dentro da sua esfera de acção, os Conselhos de Seguros, Previdência Social e Nacional de Assistência, além de Comissões de Propaganda que terão a sua acção prática externa nos diversos pontos do pais.

O organismo do Instituto é constituído por uma Secretaria Central, Conselhos de Administração e Fiscal, Direcção dos Serviços de Seguros Sociais Obrigatórios na Doença, Direcção dos Serviços Sociais de Desastres no Trabalho e Mútuas, Direcção dos Serviços de Seguros Sociais Obrigatórios na Invalidez e Velhice, Direcção de Seguros Industriais exercidos pelas sociedades anónimas nos termos do artigo 1.º do decreto com força de lei de 21 de Outubro de 1907, Direcção dos Serviços das Bólsas Sociais de Trabalho, Estatística e de Defesa Económica de todos os ramos de previdência, compreendidos no organismo do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, Direcção da Mutualidade Livre e das Associações Profissionais, Direcção dos Serviços de Contabilidade Social, Direcção dos Serviços de Tutela dos Organismos da Assistência Pública e Beneficência Privada e Direcção dos Serviços de Inspecção, Estatística e Cadastro da Assistência.

É vastissimo o horizonte de acção onde o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral tem de actuar com harmonia, decisão e capacidade técnica para organizar serviços fora de toda a rotina bu-